



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO IFPR

TOMADA DE PREÇO 06/2010-CLPOMI

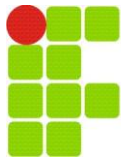
PROCESSO	63.008907/2010-62
OBJETO	ADEQUAÇÃO DE EDIFÍCIO EM ESTRUTURA DE CONCRETO EXISTENTE PARA 6 SALAS DE AULA DO COMPLEXO TECNOLÓGICO GOVERNADOR JOSÉ RICHÁ
MODALIDADE	TOMADA DE PREÇO
TIPO DE LICITAÇÃO	MENOR PREÇO
REGIME DE EXECUÇÃO	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
VALOR ESTIMADO	R\$ 368.196,49 (trezentos e sessenta e oito mil, cento e noventa e seis mil e quarenta e nove centavos)

1. PREÂMBULO

- 1.1. **O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ – IFPR** - mediante a Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura, designada pela Portaria nº. 505 de 05 de outubro de 2010, torna público para conhecimento de todos os interessados, que na forma da lei 8.666 de 21 junho de 1993 e alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução **INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, visando à contratação de empresa para a execução da obra adequação de edifício em estrutura de concreto existente para 6 salas de aula do Complexo Tecnológico Governador José Richa, conforme especificações desta Tomada de Preço, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, da e demais normas legais pertinentes, e ainda, o estabelecido nesta Tomada de Preço e seus anexos.

2. DIPOSIÇÕES INICIAIS

- 2.1. Recebimento e início da abertura dos envelopes de “HABILITAÇÃO” e de “PROPOSTA DE PREÇO”
LOCAL: IFPR – Instituto Federal do Paraná, Rua João Negrão, 1285, Bairro Rebouças, Curitiba/PR, 3º Andar
DATA: 22/12/2010
HORÁRIO: 09 horas
- 2.2. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a esta Tomada de Preço serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento do Instituto Federal do Paraná que se seguir.
- 2.3. No local indicado serão realizados os procedimentos relativos a esta Tomada de Preço , com respeito a:
- 2.3.1. Recebimento dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇO”;
- 2.3.2. Abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO” e verificação da situação da licitante perante o SICAF e o CADIN;
- 2.3.3. Devolução dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇO” às licitantes inabilitadas;
- 2.3.4. Abertura dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇO” das licitantes habilitadas.
- 2.4. As decisões da Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura – CLPOMI serão comunicadas mediante publicação no Diário Oficial da União e no portal do Instituto Federal do Paraná, no endereço www.ifpr.edu.br, pelo menos por 1 (um) dia, salvo aquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício, aos representantes legais das licitantes, principalmente, quanto a:



COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

- 2.4.1. Julgamento da habilitação da licitante;
 - 2.4.2. Julgamento das propostas;
 - 2.4.3. Resultado de recurso porventura interposto;
 - 2.4.4. Resultado de julgamento desta Tomada de Preço.
- 2.5. A solicitação de esclarecimento a respeito de condições deste Edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada, por escrito, pelas empresas interessadas em participar do certame, preferencialmente até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida subitem 2.1 deste edital;
- 2.5.1. As solicitações de esclarecimento poderão ser realizadas através do e-mail infraestrutura@ifpr.edu.br, ou enviadas para o endereço constante no subitem 2.1 deste edital.
- 2.6. A resposta ao esclarecimento solicitado será divulgada mediante publicação na página web do Instituto Federal do Paraná, no endereço www.ifpr.br, cabendo aos interessados acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura – CLPOMI.

3. DO OBJETO

- 3.1. A presente Tomada de Preço tem por objeto a execução da obra adequação de edifício em estrutura de concreto existente para 6 salas de aula do Complexo Tecnológico Governador José Richa, conforme Projeto Executivo, Planilha de Quantitativos e Preços, Especificações e minuta do Contrato, vinculados a este procedimento.
- 3.1.1. O local em que será executada a reforma: Avenida Saldado Filho, 1050, Bairro Guabirota, Curitiba/PR.
- 3.1.2. A mídia contendo os projetos necessários à elaboração da proposta e execução dos serviços poderá ser retirada junto a Diretoria de Infraestrutura, Rua João Negrão, 1285, Bairro Rebouças, Curitiba-PR, sala 205, nos dias úteis, das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00. A entrega da mídia poderá ocorrer somente até as 18 horas do segundo dia útil anterior à data fixada para o recebimento dos envelopes “HABILITAÇÃO” e de “PROPOSTA DE PREÇOS”.

Observação: A licitante deverá, obrigatoriamente, trazer equipamento de gravação eletrônica (DVD ou PEN-DRIVE ou outros) apto à gravação de todos os arquivos na data combinada.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. Poderão participar desta Tomada de Preço quaisquer licitantes que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no item 10 deste Edital – Dos Documentos de Habilitação - e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto desta Tomada de Preço .
- 4.1.1. O cadastramento e a habilitação parcial da licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a IN MARE n.º 05/95, são válidos como parte dos requisitos mínimos de habitação parcial;
- 4.1.2. O cadastramento e a habilitação parcial no SICAF poderão ser realizados em qualquer unidade dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais – SIASG, localizados nas Unidades da Federação, até 3 (três) dias antes da data prevista para recebimento e abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇO”.



Observação: O Instituto Federal do Paraná não é unidade cadastradora, apenas consultora.

4.2. Não poderão participar desta Tomada de Preço :

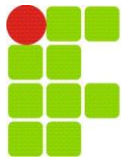
- 4.2.1. Interessada suspensa de participar de licitação e impedido de contratar com o IFPR, durando o prazo da sanção aplicada;
- 4.2.2. Interessada declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 4.2.3. Interessada impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- 4.2.4. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 4.2.5. Interessada cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste procedimento licitatório;
- 4.2.6. Interessada que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- 4.2.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 4.2.8. Consórcio de empresa, qualquer de seja sua forma de constituição.

5. DA VISITA TÉCNICA

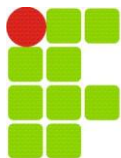
- 5.1. A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e do grau de dificuldade existentes, preferencialmente, no dia 20/12/10, das 10 às 12 horas. A licitante interessada em participar da visita deverá confirmar a presença através do email infraestrutura@ifpr.edu.br;
- 5.2. A visita deverá ser realizada por profissional indicado pela empresa, que devesse apresentar, no local e data da visita, documento oficial de identificação e entregar uma carta de apresentação da empresa;
- 5.3. Na impossibilidade de realizar a visita na data estipulada, a licitante poderá realizá-la até o segundo dia útil anterior à data fixada para o recebimento dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇO", mediante solicitação junto à Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura, pelo telefone (41) 3535-1604, das 09 às 12 horas e das 14 às 18 horas e pelo e-mail infraestrutura@ifpr.edu.br;
- 5.4. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta Tomada de Preço

6. DO PROCEDIMENTO

- 6.1. O representante da licitante, identificado por documento hábil, deverá entregar, impreterivelmente, os envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇO", até o dia, o horário e local fixados no subitem 2.1 deste Edital.



- 6.2. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, exceto como ouvinte;
- 6.3. As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal das licitantes somente poderão participar da sessão como ouvintes.
- 6.4. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO ” e “PROPOSTA DE PREÇO” não serão permitidas quaisquer retificações, ressalvado o disposto no subitem 11.6 deste Edital.
- 6.5. Na primeira sessão, os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão abertos, na presença das interessadas, pela Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura – CLPOMI, que fará a conferência e dará vista da documentação, a qual deverá ser rubricada por todos os representantes legais das licitantes presentes.
- 6.6. Abertos os envelopes “HABILITAÇÃO”, a Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura – CLPOMI, a seu juízo exclusivo, poderá apreciar os documentos de cada licitante e, na mesma reunião, divulgar o nome das habilitadas e das inabilitadas.
- 6.7. A regularidade do cadastramento e habilitação parcial da licitante que optar por prestar suas informações mediante o SICAF será confirmada por meio de consulta online, quando da abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO”, assim como a consulta de regularidade junto ao CADIN.
- 6.8. Procedida as consultas online, SICAF e CADIN, as quais serão impressas e juntadas aos autos do processo licitatório, após terem sido assinadas pelos membros da Comissão e por todos os representantes legais das licitantes presentes.
- 6.9. Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante.
- 6.10. Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela Comissão de Licitação e conduzam à interrupção dos trabalhos, serão elas consignadas em ata e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente, ou mediante publicação de aviso no Diário Oficial da União e na página web do IFPR;
- 6.11. Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela Comissão de Licitação para a abertura dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇO”;
- 6.12. As licitantes serão convocadas a comparecer, ficando os envelopes “PROPOSTA DE PREÇO” sob a guarda da Comissão de Licitação, devidamente rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das licitantes presentes.
- 6.13. Após a abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO”, os demais, contendo a “PROPOSTA DE PREÇO”, serão abertos:
 - 6.13.1. Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso; ou
 - 6.13.2. Após transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
 - 6.13.3. Após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento de recurso interposto.



COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

- 6.14. As aberturas dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇO” serão realizadas em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes.
- 6.15. A inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.
- 6.16. Todos os documentos e, igualmente, as propostas serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão.
- 6.17. Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.
- 6.18. Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertas as propostas, não caberá desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.
- 6.19. É facultada à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Tomada de Preço, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.
- 6.20. Considera-se como representante legal qualquer pessoa investida de poderes pela licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à documentação ou à proposta.
- 6.21. A não apresentação do documento legal de representação não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar em seu nome.
- 6.22. Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas ficarão à disposição destas empresas pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos pela Comissão de Licitação.

7. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- 7.1. Cada licitante deverá apresentar perante a Comissão de Licitação, na data e horário estabelecido no subitem 2.1 deste edital, 2 (dois) envelopes, contendo os documentos de “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇO”.
- 7.2. Os conjuntos de documentos, relativos à Habilitação e à Proposta de Preço, deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, identificados com o nome da licitante, o número e o título do conteúdo (“HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇO”) na forma a seguir:

- 7.2.1. Envelope contendo os documentos de HABILITAÇÃO;

ENVELOPE N° 01 – HABILITAÇÃO

Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura

TOMADA DE PREÇO N° 06/2010-CLPOMI

LICITANTE: _____

CNPJ: _____

- 7.2.2. Envelope contendo a PROPOSTA DE PREÇOS;



ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção
da Infraestrutura

TOMADA DE PREÇO Nº 06/20109-CLPOMI

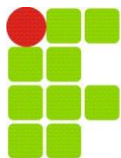
LICITANTE: _____

CNPJ: _____

- 7.3. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados no original, ou por cópia com autenticação procedida por tabelião ou por servidor do Instituto Federal do Paraná, à vista do original ou ainda, pela juntada das folhas de órgão da imprensa oficial onde tenham sido publicados;
- 7.3.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação e à proposta de preço, deverão ser apresentados em português, admitida a nomenclatura técnica específica;
- 7.3.2. A autenticação dos documentos, quando feita por servidor do IFPR, será efetuada na Rua João Negrão, 1285, Bairro Rebouças, Curitiba-PR, nos dias úteis, das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00, até o dia útil imediatamente anterior à data fixada para o recebimento dos envelopes;
- 7.3.3. Não serão retiradas cópias dos documentos no âmbito do Instituto Federal do Paraná.
- 7.4. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

8. DA HABILITAÇÃO PARCIAL NO SICAF

- 8.1. É permitida a comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e da qualificação econômico-financeira por meio de cadastramento e habilitação parcial no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), nos termos do Decreto nº 3.722/2001, do Decreto nº 4.485/2002, e da Instrução Normativa nº 5/1995, do extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE
- 8.1.1. O cadastramento e a habilitação parcial no SICAF poderão ser realizados pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG
- 8.1.2. Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá atender às condições exigidas para cadastramento e sua habilitação parcial no SICAF, apresentando a documentação discriminada na IN MARE nº 5/1995, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento dos documentos de habilitação e da proposta de preço.
- 8.1.3. No caso de a licitante optar em utilizar o SICAF para comprovar a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e a qualificação econômico-financeira, na forma e condições estabelecidas neste Edital, fica esclarecido que será assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar, dentro do envelope de “HABILITAÇÃO”, os documentos necessários para a habilitação afim substituir aqueles eventualmente vencidos ou desatualizados, constantes da declaração impressa do SICAF.



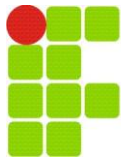
9. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 9.1. As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar no envelope nº 01 “HABILITAÇÃO”, uma declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo III deste edital.
- 9.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 9.3. As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração de enquadramento, poderão participar normalmente do certame, porém em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.
- 9.4. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, pela Lei Complementar nº 123/2006, as empresas que se enquadrarem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo quarto do seu artigo terceiro.

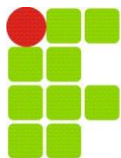
10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 1

Para as licitantes cadastradas no SICAF, no ato da abertura da sessão de licitação a comissão, por meio de servidor credenciado, consultará o SICAF, “on line”, verificará a situação das licitantes quanto a Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e dos subitens 10.6.1 a 10.6.3 da Qualificação Econômico-Financeira e extrairá cópias das declarações de cada participante, devendo as mesmas serem assinadas pelos membros da comissão de licitação e pelos prepostos das licitantes presentes.

- 10.1. As licitantes optantes pelo SICAF deverão apresentar habilitação válida no referido sistema ou os documentos que supram tal habilitação dentro do envelope de “HABILITAÇÃO”.
- 10.2. As licitantes que não optarem por utilizar o SICAF, inclusive as micro-empresas e empresas de pequeno porte, para a comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e da qualificação econômico-financeira deverão apresentar no envelope “HABILITAÇÃO” os documentos listados a seguir. A ausência destes documentos no envelope “HABILITAÇÃO” indicará que a licitante optou por utilizar o SICAF.
- 10.3. Documentos relativos à Habilitação Jurídica
 - 10.3.1. Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
 - 10.3.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício
 - 10.3.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 10.4. Documentos relativos à Regularidade Fiscal
 - 10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).



- 10.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 10.4.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; e:
 - 10.4.3.1. Faz parte da prova de regularidade para a Fazenda Federal a certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos e à Dívida Ativa da União, por ela administrados;
- 10.4.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 10.5. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira
 - 10.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.
 - 10.5.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - 10.5.2.1. Sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):
 - 10.5.2.1.1. Publicados em Diário Oficial; ou
 - 10.5.2.1.2. Publicados em jornal de grande circulação; ou
 - 10.5.2.1.3. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante
 - 10.5.2.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
 - 10.5.2.2.1. Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - 10.5.2.2.2. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
 - 10.5.2.3. Sociedade criada no exercício em curso:
 - 10.5.2.3.1. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - 10.5.2.3.2. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;



- 10.5.3. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais devem ser maiores que 1 (um) resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO}}$$

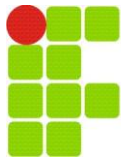
$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- 10.5.3.1. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.
- 10.5.3.2. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos.
- 10.5.3.3. Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- 10.5.4. Regularidade junto ao Créditos não Quitados do Setor Público Federal CADIN, deverá ser comprovado no momento da habilitação, bem como no momento da contratação a regularidade junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.
- 10.5.4.1. A Comissão realizará consulta on-line junto ao CADIN na seção de abertura dos documentos de habilitação.
- 10.5.5. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- 10.5.6. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor total da proposta;

Todas as licitantes, inclusive as optantes pelo SICAF, deverão apresentar, dentro do envelope de “HABILITAÇÃO”, os seguintes documentos:

- 10.6. Documentos relativos à Qualificação Técnica
- 10.6.1. Prova de inscrição ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia -CREA competente, que comprove atividade relacionada com o objeto deste Edital.
- 10.6.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de atestado (ou declaração) de capacidade técnica, devidamente registrado no CREA da região



onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas:

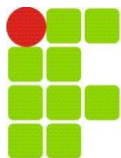
- 10.6.2.1. Execução de prédio público, comercial ou industrial, que comprovem a execução de reforma igual ou superior a uma área de 400,00 m² em apenas um único atestado;
- 10.6.3. Atendimento à qualificação técnico-profissional, através comprovação da licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, com profissional de nível superior com formação em engenharia civil ou arquitetura, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva certidão de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este Conselho, que comprove ter o profissional, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços relativos a:
 - 10.6.3.1. Execução de prédio público, comercial ou industrial, que comprovem a execução de reforma igual ou superior a uma área de 400,00 m² em apenas um único atestado;
- 10.6.4. Declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Tomada de Preço . O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados para qualificação técnica da licitante;
- 10.6.5. Comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante; do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; do contrato de trabalho; de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;
- 10.7. Todas as licitantes deverão apresentar dentro do Envelope de “HABILITAÇÃO”, as seguintes declarações:
 - 10.7.1. Declaração, observadas as penalidades cabíveis, da superveniência de fato impeditivo da habilitação (exigível somente em caso positivo);
 - 10.7.2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e a de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99), conforme modelo do anexo V deste Edital;
 - 10.7.3. Atestado de Visita Técnica ao local dos serviços, assinado por representante do Instituto Federal do Paraná e pelo licitante, que comprove que a empresa licitante tomou conhecimento de todas as informações e de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Tomada de Preço , conforme modelo constante do Anexo VI desta Tomada de Preço :
 - 10.7.3.1. O Atestado de Visita Técnica poderá ser substituído por declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, de que tem



pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizara para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o IFPR.

11. DA PROPOSTA PREÇO – ENVELOPE Nº 02

- 11.1. A proposta de preço, apresentada no envelope nº 02, deverá conter os seguintes documentos:
 - 11.1.1. Planilha de Proposta de Preço, conforme modelo constante do Anexo VII;
 - 11.1.2. Planilha Orçamentária, conforme modelo constante do Anexo VIII;
 - 11.1.3. Planilha de Composição Analítica do BDI, conforme modelo constante do Anexo VIII;
- 11.2. A não apresentação de quaisquer das planilhas e composições mencionadas no subitem 11.1 acarretará a desclassificação do licitante.
- 11.3. Em caso de divergência entre o preço constante da Planilha de Composição de Custos Unitários e o constante da Planilha Orçamentária, prevalecerá o primeiro.
- 11.4. A proposta de preços deverá ser apresentada da seguinte forma:
 - 11.4.1. Redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricada, de preferência, emitida por computador;
 - 11.4.2. Fazer menção ao número desta Tomada de Preço e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e, se houver, email e o respectivo endereço com CEP.
- 11.5. As licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos para execução do objeto desta Tomada de Preço .
 - 11.5.1. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita à Comissão de Licitação, conforme estipulado no subitem 2.5 deste Edital, para fins de esclarecimento por parte da Comissão.
- 11.6. Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas apresentada poderá ser alterado, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão de Licitação.
 - 11.6.1. Serão corrigidos automaticamente pela Comissão de Licitação quaisquer erros aritméticos, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro.
 - 11.6.2. A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇO” e com poderes para esse fim, sendo desclassificada a licitante que não satisfizer tal exigência.
 - 11.6.3. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope nº 01 - “HABILITAÇÃO”.



- 11.7. A licitante deverá indicar os preços unitário e total por item e subitem, e, ainda, o global da proposta, conforme documentos exigidos no subitem 11.1 deste Edital.
- 11.8. Os quantitativos indicados nas planilhas constantes deste Edital são meramente estimativos, não acarretando ao Instituto Federal do Paraná qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.
- 11.8.1. Cada licitante deverá elaborar suas composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra que entenderem necessários para a conclusão da obra, de acordo com as especificações técnicas.
- 11.9. Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.
- 11.10. Os impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto da licitante deverão estar considerados em item específico-BDI, conforme planilha constante do Anexo VII deste Edital.
- 11.11. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 11.12. Só será aceita cotação em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo arábico e, também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

12.DA COMPOSIÇÃO DO BDI

- 12.1. Todas as licitantes deverão apresentar, como parte integrante de suas propostas, composição analítica do BDI (bonificação e despesas indiretas) segundo a fórmula:

$$\text{BDI} = [(1/(1-\text{IMP})) * (1+\text{ADM}) * (1+\text{DEF}) * (1+\text{RIS}) * (1+\text{LB}) - 1] \times 100$$

onde:

IMP	=	impostos incidentes sobre o faturamento;
ADM	=	despesas administrativas (central e local);
DEF	=	despesas financeiras e seguros;
RIS	=	riscos e imprevistos;
LB	=	lucro bruto.

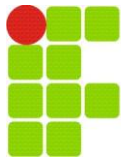
Observação: A parcela IMP deverá considerar os valores de PIS, COFINS e ISS.

No orçamento estimado pelo IFPR, foram adotados os seguintes valores, que conduziram a um BDI de 28,87%:

IMP	=	5,65%;
ADM	=	8,00%;
DEF	=	1,20%;
RIS	=	2,40%;
LB	=	8,64%.

Os impostos incidentes sobre o faturamento considerados foram:

ISS	=	2,00% (5% sobre mão-de-obra, considerada como 40% do total);
PIS	=	0,65%;



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO IFPR

COFINS = 3,00%.

13.DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei n.º 8.666/93, as propostas que:

13.1.1. Apresentarem valor global superior ao orçamento estimado ou com preços manifestamente inexeqüíveis;

13.1.2. Apresentarem custos unitários superiores aos constantes na planilha orçamentária do IFPR, conforme Orçamento Estimativo;

13.1.2.1. Em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários, propostos pelas licitantes, ultrapassar os respectivos custos previstos na planilha orçamentária do Instituto Federal do Paraná.

13.1.2.2. Não sendo aceitas as justificativas, somente ocorrerá a desclassificação do licitante caso este não concorde em alterar os itens que apresentem custo unitário superior aos custos medianos constantes da tabela SINAPI para a região, no prazo fixado pela Comissão.

13.1.3. Não apresentarem qualquer das planilhas citadas no subitem 11.1;

13.1.4. Manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto deste Edital.

13.1.5. Consideram-se manifestamente inexeqüíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

13.1.5.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

13.1.5.2. Valor orçado pela Administração.

13.1.6. Apresentarem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas;

13.1.7. Não estiverem devidamente datada e assinada:

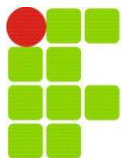
13.1.7.1. A falta de data, assinatura ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇO" e com poderes para esse fim.

14.DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido nesta Tomada de Preço será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de menor preço global.

14.1.1. Considera-se preço global o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.

14.2. A Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Federal do



Paraná ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar-se na sua decisão.

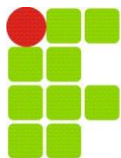
- 14.3. A Comissão de Licitação reserva-se o direito de solicitar das licitantes, para efeito de análise e caso entenda necessário, a apresentação da relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados.
- 14.4. Será realizada a análise individual dos preços unitários cotados nas propostas das licitantes.
 - 14.4.1. Caso se verifique na proposta de menor valor global a ocorrência de itens com preços unitários superiores aos orçados pelo IFPR, a licitante deverá apresentar relatório técnico circunstanciado, justificando a composição e os preços unitários ofertados.
 - 14.4.2. Caso as justificativas apresentadas não sejam acatadas pela Comissão de Licitação, a licitante deverá adequar sua proposta ao orçamento-base elaborado pelo Instituto, sob pena de desclassificação da proposta.
- 14.5. Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que esta Tomada de Preço não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

15.DOS PRAZOS

- 15.1. O prazo previsto para a execução dos serviços é de 90 (noventa) dias, contado a partir do início das obras.
 - 15.1.1. O prazo para início das obras será de até 5 (cinco) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviço expedida por este Instituto
- 15.2. O prazo de garantia da obra será de 5 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido por comissão designada pela autoridade competente.
- 15.3. A proposta deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, contada da data estabelecida para o recebimento dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇO” desta Tomada de Preço .
- 15.4. Caso os prazos estabelecidos nas condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos prazos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.
- 15.5. O prazo previsto no subitem 13.1.1 poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela CONTRATADA, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pelo Instituto Federal do Paraná.
- 15.6. Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, e caso persista o interesse do Instituto Federal do Paraná, poderá ser solicitada prorrogação geral da validade referida a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo.

16.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá no exercício de 2010 através da seguinte Dotação Orçamentária: 26432 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; Programa de trabalho: 12.363.1062. 1H10.0068 – Expansão da Rede



Federal de Ensino, Fonte de recursos: 0100.000000, Natureza da despesa: 3.44.90.51 – Obras e Instalações

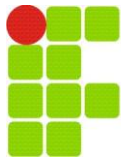
17.DA ADJUDICAÇÃO

- 17.1. A execução do objeto desta Tomada de Preço será adjudicada GLOBALMENTE a uma única empresa, depois de atendidas as condições previstas neste Edital e seus Anexos.

18.DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei n.º 8.666/93, o contrato referente ao objeto desta Tomada de Preço será formalizado e conterá as condições especificadas neste instrumento convocatório, conforme a minuta do contrato constante no Anexo XI.
- 18.2. Quaisquer condições apresentadas pela licitante vencedora em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao contrato a ser assinado
- 18.3. O Instituto Federal do Paraná convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- 18.4. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal de Contas da União.
- 18.5. É facultado ao IFPR, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Tomada de Preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- 18.6. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Instituto Federal do Paraná, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.
- 18.6.1. O disposto neste subitem não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela primeira licitante vencedora, inclusive quanto ao prazo e preço.
- 18.7. Caso uma microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora da licitação e haja alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da autoridade contratante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 18.7.1. O termo inicial do prazo para regularização da documentação corresponderá à data em que o proponente for declarado o vencedor.
- 18.7.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no subitem 21.1.6 deste edital.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL



- 19.1. No prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação para assinatura do Contrato a empresa vencedora da licitação prestará garantia no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, podendo a mesma optar por quaisquer das seguintes modalidades:
 - 19.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública da União devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - 19.1.2. Fiança bancária.
 - 19.1.3. Seguro-garantia;
- 19.2. Quando se tratar de caução em dinheiro deverá ela ser recolhida pelo licitante vencedor na Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças.
- 19.3. A fiança bancária se for o caso, será prestada por banco comercial, contendo:
 - 19.3.1. Prazo de validade que deverá corresponder ao período de vigência do Contrato acrescido de 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada essa vigência;
 - 19.3.2. Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento ao INSS, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
 - 19.3.3. Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previsto nos artigos 827 e 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
 - 19.3.4. Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.
- 19.4. O seguro-garantia se for o caso, deverá ser apresentado com prazo de validade correspondente à vigência do Contrato acrescido de 30 (trinta) dias, e garantir todas as obrigações assumidas, inclusive aquelas relativas às consequências de inexecução e rescisão contratual, multas e penalidades.
- 19.5. A garantia prestada ficará retida enquanto o Contrato estiver em vigor, sendo liberada no prazo de 30 (trinta) dias após a data do vencimento do Contrato, desde que cumpridos todos os seus termos e condições.
- 19.6. A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores.

20.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a licitante estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantida a prévia defesa:
 - 20.1.1. Advertência;
 - 20.1.2. Multas (que deverão ser recolhidas exclusivamente em agências do Banco do Brasil S.A., por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchida de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);



- 20.1.2.1. De 0,2 % por dia de atraso na entrega dos serviços, calculada sobre o valor total dos subitens não concluídos até o término do prazo final de execução do objeto do contrato, limitada a 10% do mesmo valor;
- 20.1.2.2. De 10,0 % sobre o valor dos subitens não executados, no caso de inexecução parcial do contrato;
- 20.1.2.3. De 0,2 % sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nos subitens 20.1.2.1 e 20.1.2.2 aplicada em dobro na reincidência;
- 20.1.2.4. De 2,0 % sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;
- 20.1.2.5. De 2,0 % sobre o valor total da proposta, no caso da licitante vencedora não regularizar a documentação relativa à regularidade fiscal, conforme subitem 18.7.2 deste Edital;
- 20.1.2.6. De 2,0 % sobre o valor total da proposta, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato.
- 20.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFPR, por prazo não superior a dois anos;
- 20.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 20.2. No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 20.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

21.DAS DISPOSIÇÕES ESPECIFICAS

- 21.1. No caso de dúvidas ou divergência de informações entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações, a licitante deverá contatar a Comissão de Licitação por meio do correio eletrônico infraestrutura@ifpr.edu.br.
- 21.2. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada um dos serviços constantes das Especificações Técnicas.
- 21.3. A CONTRATADA ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância do IFPR.

22.DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 22.1. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇO”, devendo a Instituto Federal do Paraná, por



intermédio da Comissão de Licitação, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

- 22.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante o Instituto Federal do Paraná a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data marcada para recebimento dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇO”, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 22.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar desta Tomada de Preço, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 22.4. A impugnação interposta deverá ser comunicada à Comissão de Licitação, logo após ter sido protocolizada no Instituto Federal do Paraná.

23.DOS ANEXOS

- 23.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I	Projeto Básico
Anexo II	Memorial Descritivo
Anexo III	Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo IV	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação
Anexo V	Modelo de Declaração de Não-Emprego de Menores
Anexo VI	Atestado de Visita ao Local dos Serviços
Anexo VII	Modelo de Proposta de Preço
Anexo VIII	Orçamento Estimado
Anexo IX	Cronograma Financeiro
Anexo X	Composição BDI
Anexo XI	Minuta do Contrato

24.DO FORO

- 24.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.:

Curitiba, 06 de dezembro de 2010

Pierre Luís Alves
Presidente da Comissão de Licitação para Projetos,
Obras e Manutenção da Infraestrutura